

Inquérito Vereadores pedem CPI sobre o Condema

MONTENEGRO - Na sessão da última quinta-feira, dia 19, da Câmara de Vereadores de Montenegro, foi lido o Requerimento no qual os Vereadores Renato Antonio Kranz (PTB), Ari Arnaldo Müller (PDT), Gustavo Zanatta (PP) e Marcos Gehlen (PT) - "Tuco" pedem a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, com a finalidade de investigar os motivos da desativação do Conselho Municipal do Meio Ambiente pelo Executivo Municipal, além da expedição de licenças Ambientais sem anuência do CONDEMA, no período de vacância do órgão. No texto, os Vereadores dizem que "a comunidade assistiu perple-



Vereadores podem investigar Conselho de Meio Ambiente

xa a forma intempestiva, surpreendente espetaculosa que a Administração Municipal interveio no Conselho Municipal de Meio Ambiente, CONDEMA".

Licenciamentos

"O mais grave de tudo", prosseguem os Vereadores, "é que após a destituição do CONDEMA de forma intempestiva e ditatorial, a Administração Municipal não cumpriu a recomendação 09/2015 do Ministério Público, que recomendava a imediata suspensão de licenças ambientais enquanto não

estivesse regularmente constituído o Conselho Municipal de Meio Ambiente do Ministério Público, expedindo licenças ambientais sem parecer do Conselho. Não nos parece a forma correta de condução em se tratando de um Conselho de grande importância e que trabalha na preservação de uma área imprescindível que é o meio ambiente".

Mais CPIs

O chefe de Gabinete, Valter Robalo, lembra que sempre foi a favor de CPI, mas ressalva:

“
Queremos que
seja a CPI do Meio
Ambiente, mas que
faça o passado a
limpo, comece a
investigação desde
2010 até agora

Valter Robalo
Chefe de Gabinete

"Queremos que seja a CPI do Meio Ambiente, mas que faça o passado a limpo, comece a investigação desde 2010 até agora". Valter afirma que deveriam ser feitas CPIs também em outras áreas. "Queremos CPI nas obras, na saúde, na educação, CPIs são sempre bem vindas", aponta. Sobre o Condema, Valter ressalta que o Ministério Público está com investigação sobre o caso, e ainda informa que durante o período em que o conselho esteve desativado não houve concessão de licenças ambientais.